



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 314/2013

Declara de Utilidade Pública a
Associação Fukuoka do Sul do
Paraná, com sede e foro no
Município de Curitiba.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação
Fukuoka do Sul do Paraná, com sede e foro no Município de
Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 361/2013

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de São Jorge do Ivaí.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de São Jorge do Ivaí, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná constituído pelos Lotes 01 a 10 da Quadra 99, no Distrito de Copacabana do Norte, com área total de 6.400,00 m², conforme Transcrição das Transmissões nº 1.579, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mandaguaçu.


Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, será usado pelo referido Município exclusivamente para o desenvolvimento de ações e programas voltados para a alimentação escolar (PNAE).

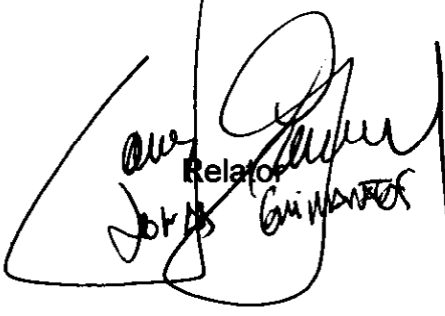
Parágrafo único. O imóvel em questão reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.


Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

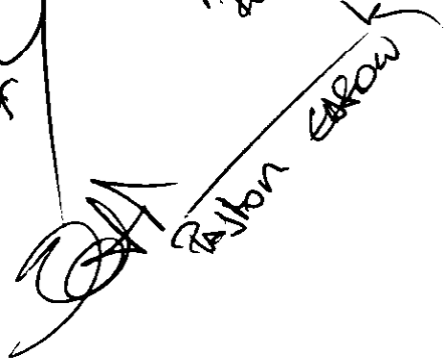
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator
João Pinheiro


Raulo


Dalton

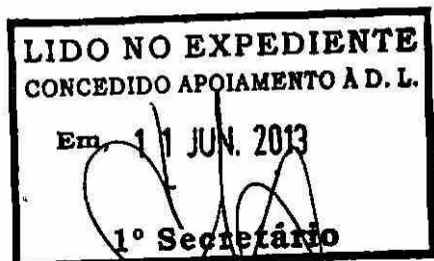


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



Projeto de Lei Complementar nº 10 /2013



Altera a redação do art. 1º da Lei Complementar nº 149, de 22 de agosto de 2012, inserindo o Município de Tuneiras do Oeste entre os que integram a Região Metropolitana de Umuarama.

Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar nº 149, de 22 de agosto de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituída, na forma do art. 25, § 3º, da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Umuarama, constituída pelos Municípios de Umuarama, Alto Paraíso, Cruzeiro do Oeste, Ivaté, Perobal, Maria Helena, Xambrê, Altônia, Alto Piquiri, Brasilândia do Sul, Esperança Nova, Cafezal do Sul, Cidade Gaúcha, Douradina, Francisco Alves, Icaraíma, Iporã, Mariluz, Nova Olímpia, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Tapejara, Tapira e Tuneiras do Oeste".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 2013.

Fernando Scanavaca
Deputado Estadual - PDT



Projeto de Lei Complementar nº /13 - fls. 02.

JUSTIFICATIVA

O Município de Tuneiras do Oeste possui fortes vínculos com os Municípios que integram a Região Metropolitana de Umuarama, fazendo parte da mesma região e que por lapso deixamos de inserir no projeto original, razão pela qual apresentamos o presente Projeto de Lei Complementar para reparar o erro.

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Alterado Compilado Original

Lei Complementar 149 - 22 de Agosto de 2012

Publicado no Diário Oficial nº. 8782 de 22 de Agosto de 2012**Súmula:** Institui a Região Metropolitana de Umuarama.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída, na forma do art. 25, § 3º, da Constituição Federal, e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Umuarama, constituída pelos Municípios de Umuarama, Alto Paraíso, Cruzeiro do Oeste, Ivaté, Perobal, Maria Helena, Xambrê, Altônia, Alto Piquiri, Brasilândia do Sul, Esperança Nova, Cafezal do Sul, Cidade Gaúcha, Douradina, Francisco Alves, Icaraíma, Iporã, Mariluz, Nova Olímpia, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Tapejara e Tapira.

Art. 2º A Região Metropolitana de Umuarama terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 05 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista tríplece apresentada pelo Prefeito de Umuarama e outro mediante indicação dos demais municípios que integram a Região Metropolitana.

§ 2º O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada município integrante da Região Metropolitana e de 03 (três) representantes da sociedade civil, sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3º Incumbe ao Estado prover, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º Compete ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana;

II - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a Região Metropolitana:

I - planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;



II - saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto e serviços de limpeza pública;

III - uso do solo metropolitano;

VI - transportes e sistemas viários;

V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 22 de agosto de 2012.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Cezar Augusto Silvestri,
Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano

Cassio Taniguchi
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Luiz Eduardo Sebastiani
Chefe da Casa Civil

Fernando Scanavaca
Deputado Estadual

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2000 - Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL





PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei Complementar nº 10/2013, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, que *ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 149, DE 22 DE AGOSTO DE 2012, INSERINDO O MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE ENTRE OS QUE INTEGRAM A REGIÃO METROPOLITANA DE UMUARAMA.*

Relator: *DEPUTADO PEDRO LUPION*

I- DO RELATÓRIO.

O Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 10/2013, de autoria do Deputado FERNANDO SCANAVACA tem o objetivo de alterar a redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 149, de 22 de agosto de 2012, inserindo o município de Tuneiras do Oeste entre os que integram a região metropolitana de Umuarama.

Conforme a justificativa apresentada no PL '*O município de Tuneiras do Oeste possui fortes vínculos com os Municípios que integram a Região Metropolitana de Umuarama, fazendo parte da mesma região e que por lapso deixamos de inserir no projeto original, razão pela qual apresentamos o Presente Projeto de Lei Complementar para reparar o erro.*'

Na sequência o PL foi encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais.



II – DA ANÁLISE E VOTO.

Conforme venho reiteradamente afirmando nos pareceres por mim exarados nesta Comissão de Constituição e Justiça¹, ao interpretar a sua competência regimental², o controle de Constitucionalidade preventivo por ela realizado não fica restrito somente em seus aspectos formais³, mas também materiais⁴ a luz da Constituição Estadual, Constituição Federal e do ordenamento jurídico em um modo geral.

Esta análise se presta justamente para se evitar a introdução de Leis conflitantes em nosso ordenamento, evitando preventivamente qualquer conflito quer seja jurídico e/ou social e assim garantido a integridade do ordenamento jurídico.

Em relação a Constitucionalidade formal, se verifica que o Parlamentar detém legitimidade para a proposição de Projetos de Leis Complementares, consoante o artigo 65 da Constituição Estadual, senão vejamos:

Art. 65 [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do

¹ A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: '*O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade*'. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)

² Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

³ A inconstitucionalidade em nível formal ocorrerá quando observar-se o oposto disto, podendo incluir não apenas vícios no procedimento em si, mas também vícios de competência, abrangendo normas criadas por pessoas sem legitimidade para legislar em função de óbice imposto pela Constituição Federal. Acerca do assunto V. Alexandrino, Marcelo. Paulo, Vicente. *Resumo de direito constitucional descomplicado*. 2. ed. São Paulo: Método, 2009. p. 300 e ainda, Cf. menciona Pedro LANZA, em relação a constitucionalidade/inconstitucionalidade formal: '*[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo*'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)

⁴ Em relação a constitucionalidade material V. LANZA, Pedro. Op. cit. p.254, o qual menciona que: '*[...] o vício material (de conteúdo, substancial ou doutrinário) diz respeito à 'matéria', ao conteúdo do ato normativo. Assim, aquele ato normativo que afronta qualquer preceito ou princípio da Lei Maior deverá ser declarado inconstitucional, por possuir um vício material.*'



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça
Gabinete Parlamentar DEPUTADO PEDRO LUPION



Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ainda, de acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 124 [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

A competência para legislar sobre a matéria versada na proposição é do Estado conforme mencionado na Constituição Federal em seu artigo 25 e no §3º.

No mencionado dispositivo constitucional constatamos que dispõe de autonomia para que os Estados sigam as suas Constituições, bem como, sucessivamente, através de legislação complementar o Estado estabelece e normatiza as regiões metropolitanas, que segue:

Art. 25 - Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 3º. Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. (Grifo nosso).



Ainda, o artigo 22 da Constituição Estadual estabelece que a organização das regiões metropolitanas devem adequar-se as diretrizes do Estado, senão vejamos:

Art. 22 - O planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões deverão adequar-se às diretrizes de desenvolvimento do Estado.

A Lei Complementar 111 de 11 de Agosto de 2005 disciplina a organização das Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná, sendo que para que haja a ampliação da Região Metropolitana, devem ser atendidos alguns requisitos que está inserido no artigo 2º da mencionada Lei Complementar, as quais correspondem as duas cidades ora objetos da inclusão, vejamos;

Art. 2º - A ampliação da Região Metropolitana está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos básicos, verificados entre o âmbito metropolitano e sua área de influência:

I – Evidência ou tendência de conturbação;

II – Necessidade de organização, planejamento e execuções de funções públicas de interesse comum;

III – existência de relação de integração funcional de natureza sócio-econômica ou de serviços.

Dessa forma, vislumbra-se que o presente Deputado detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei Complementar, até mesmo por não haver reserva de iniciativa do Poder Executivo.

No que tange à juridicidade, o projeto harmoniza-se com o ordenamento jurídico vigente, não havendo qualquer impedimento à aprovação de todos.

Não há qualquer óbice do ponto de vista da constitucionalidade material. Todas as proposições examinadas obedecem aos requisitos constitucionais formais para



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Gabinete Parlamentar DEPUTADO PÊDRO LUPION



a espécie normativa e não afrontam dispositivos de natureza material da Carta Magna, sendo, portanto, constitucionais.

Destarte, de um modo geral, balizo como positiva a matéria proposta, de modo que ao não se confrontarem deixam de emanar a necessidade de emendamento ou propositura de substitutivo, podendo ser aprovada integralmente.

Desde já, entendo pela constitucionalidade do Projeto de Lei opinando pela sua aprovação em sede de Comissão de Constituição e Justiça.

É O VOTO.

III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, uma vez preenchido os requisitos legais, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Complementar nº 10/2013, de autoria do deputado FERNANDO SCANAVACA, por preencher os requisitos legais.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 2013.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator










COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 10/2013

Projeto de Lei Complementar nº 10/2013

Autor: Deputado Fernando Scanavaca

Súmula: Altera a redação do artigo 1º, da Lei Complementar nº 149 de 22 de agosto de 2012, inserindo o município de Tuneiras do Oeste entre os que integram a Região Metropolitana de Umuarama.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei Complementar, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, que visa alterar a redação do artigo 1º, da Lei Complementar nº 149 de 22 de agosto de 2012, inserindo o município de Tuneiras do Oeste entre os que integram a Região Metropolitana de Umuarama.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Assuntos Metropolitanos, em consonância ao disposto no artigo 33-Q, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar o mérito das proposições:

Art. 33 – Q. Compete à Comissão de Assuntos Metropolitanos manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada às regiões metropolitanas e aglomerados urbanos do Estado do Paraná, promovendo a integração das políticas dos municípios do Estado do Paraná. (grifo nosso)

O Projeto de Lei Complementar em exame recebeu parecer favorável na douta Comissão de Constituição e Justiça pelo deputado Pedro Lupion, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Chamada esta Comissão a opinar, verifica-se na proposição apresentada que o autor almeja incluir o município de Tuneiras do Oeste na Região Metropolitana de Umuarama, pois o referido município possui fortes vínculos com os diversos municípios que compõem a Região Metropolitana e que por um lapso não foi inserido na Lei Complementar nº 149, sendo assim,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



nada mais justo que incluir o município de Tuneiras do Oeste para reparar o erro.

CONCLUSÃO

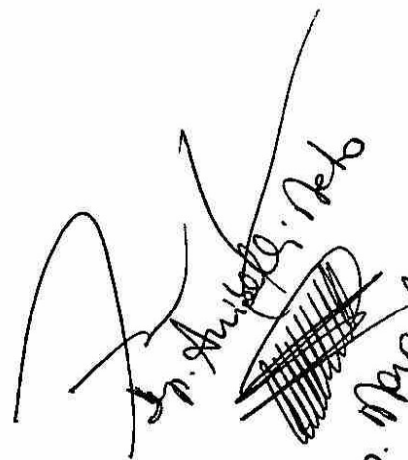
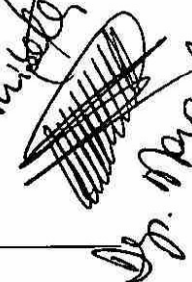
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei Complementar que visa alterar a redação do artigo 1º, da Lei Complementar nº 149 de 22 de agosto de 2012, inserindo o município de Tuneiras do Oeste entre os que integram a Região Metropolitana de Umuarama.

Sala das Comissões em, 08 de julho de 2013.


DEPUTADO TOMINHO WANDSCHEER
PRESIDENTE


DEPUTADO WILSON QUINTERO
RELATOR


Dep. Kaymon


Dep. Aníbal Khury

Dep. Maria Lúcia

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 10/13

O presente Projeto de Lei Complementar apresentado pelo Deputado Fernando Scanavaca tem por finalidade alterar a redação do artigo 1º, da Lei Complementar nº 149 de 22 de agosto de 2012, inserindo o Município de Tuneiras do Oeste entre os que integram a Região Metropolitana de Umuarama.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a opinar, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 2013.

DEPUTADO NELSON GARCIA
Presidente

Relator
Pastor

Avizanni



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

~~ANEXO~~ PROJETO DE LEI 330/13

Súmula: Institui o Sistema Meteorológico do Paraná - SIMEPAR, conforme específica.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**TÍTULO I
DA CARACTERIZAÇÃO**

Art. 1º Fica instituído o Sistema Meteorológico do Paraná - SIMEPAR, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, organização sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de desenvolver atividades dirigidas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à prestação de serviços de meteorologia, hidrologia e de meio ambiente, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, e prazo de duração indeterminado.

§ 1º No texto desta Lei, as expressões "Sistema Meteorológico do Paraná - SIMEPAR" e SIMEPAR se equivalem como denominação.

§ 2º O exercício financeiro do SIMEPAR coincide com o ano civil.

§ 3º O SIMEPAR reger-se-á por essa Lei e por seu Estatuto.

Art. 2º O SIMEPAR, como Serviço Social Autônomo, vincular-se-á por cooperação à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, a cujo órgão caberá o controle de suas atividades fins, bem como a supervisão do contrato de gestão.

**TÍTULO II
DOS OBJETIVOS E DA ORGANIZAÇÃO**

**CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS**

Art. 3º A entidade visa atender o interesse público, prover a comunidade com dados, previsões, produtos, capacitação de pessoas, estudos e pesquisas de natureza meteorológica, hidrológica e ambiental.

Art. 4º São objetivos do SIMEPAR nas áreas hidrometeorológicas, climáticas e ambientais:

I - o planejamento, a constituição, a manutenção e o gerenciamento de banco de dados;



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

II - a realização de serviços de monitoramento e de previsão;

III - o fornecimento de soluções integradas de sistemas de monitoramento e de previsão;

IV - o desenvolvimento de projetos de pesquisas científicas e tecnológicas;

V - a realização de consultoria técnica;

VI - a aferição e calibração de equipamentos;

VII - o desenvolvimento de modelos de simulação ambiental, tendo por finalidade a obtenção e manutenção de licenciamentos ambientais de outorga pública;

VIII - a cooperação com as instituições de ensino, mediante adoção de programação de bolsas de formação acadêmica e de pesquisas;

IX - a captação de recursos, mediante financiamentos destinados à programação de planos, projetos e de atividades, a fim de garantir suporte necessário às despesas e investimentos com ensino, pesquisa e desenvolvimento na área; e

X - o desenvolvimento de outras atividades correlatas.

CAPÍTULO II **DA ORGANIZAÇÃO**

Art. 5º A estrutura organizacional do SIMEPAR é constituída por:

I - Conselho de Administração;

II – Conselho Fiscal;

III - Diretoria Executiva; e

IV - Coordenadorias Temáticas.

SEÇÃO I **DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Art. 6º O Conselho de Administração, de caráter normativo, deliberativo, consultivo e de controle, é composto por nove membros, não remunerados, nomeados pelo Governador, conforme a seguir:

I – o Diretor-Presidente do SIMEPAR;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

II – um representante indicado pelo Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI;

III - um representante indicado pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA;

IV - um representante indicado pelo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB;

V - um representante indicado pelo Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL;

VI – um representante indicado pelo Diretor-Presidente do Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR;

VII - um representante indicado pelo Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia - COPEL;

VIII - um representante indicado pelo Coordenador Estadual da Defesa Civil do Paraná; e

IX - um representante indicado pela Universidade Federal do Paraná - UFPR

§ 1º Os membros que compõem o Conselho de Administração poderão ser substituídos nas suas faltas e impedimentos por suplentes indicados pelos titulares das respectivas entidades ou órgãos representados nesse Conselho.

§ 2º O Conselho de Administração terá como Presidente o Diretor Presidente do SIMEPAR, a quem caberá o exercício do voto de qualidade.

Art. 7º Compete ao Conselho de Administração, o exercício das seguintes atribuições:

- a) aprovar o Estatuto do SIMEPAR, que será submetido à homologação do Governador;
- b) aprovar o seu Regimento Interno;
- c) estabelecer diretrizes, políticas e metas e, apreciar sua execução;
- d) analisar e aprovar o plano de trabalho apresentado pela Diretoria Executiva;
- e) aprovar o orçamento econômico e financeiro;
- f) aprovar Planos de Cargos e Salários;
- g) aprovar o Regulamento de Compras e Serviços; e
- h) deliberar sobre casos omissos nesta Lei e no Estatuto.

SEÇÃO II DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 8º A Diretoria Executiva, de caráter executivo e de gestão, realizará suas atribuições segundo as deliberações do Conselho de Administração e dos demais órgãos superiores, sendo composta por:

I - Diretor Presidente; e

II - Diretor Executivo.

§ 1º Ao Diretor Executivo do SIMEPAR é atribuída a função de Secretário Executivo do Conselho de Administração, sendo-lhe concedido o direito a voz e não a voto.

§ 2º O Diretor Executivo, indicado pelo Diretor Presidente e aprovado pelo Conselho de Administração, substituirá o Diretor Presidente em suas ausências e impedimentos.

Art. 9º A gestão do SIMEPAR é exercida pela Diretoria Executiva, mediante a expedição de atos administrativos aplicáveis, cujas competências, atribuições e funcionamento serão definidos em Estatuto.

Art. 10. Compete à Diretoria Executiva executar as decisões emanadas pelo Conselho de Administração.

Art. 11. O cargo de Diretor Presidente do SIMEPAR é de recrutamento amplo, dentre profissionais de reconhecida capacidade técnica na área das ciências atmosféricas e ambientais, indicado pelo Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e aprovado pelo Conselho de Administração.

Art. 12. O detalhamento das atribuições e das competências específicas e do funcionamento da Diretoria Executiva será estabelecido no Estatuto da entidade.

SEÇÃO III **DO CONSELHO FISCAL**

Art. 13. O Conselho Fiscal será composto por três membros titulares e três membros suplentes, não remunerados, todos com formação de nível superior, qualificação contábil ou econômica, e experiência na área ou em outra área afim, assim indicados:

I – um efetivo e um suplente pelo Governador do Estado;

II – um efetivo e um suplente pelo Conselho de Administração da entidade;

III – um efetivo e um suplente pelo Conselho Regional de Contabilidade.

Art. 14. Ao Conselho Fiscal compete:



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

I - emitir parecer sobre os balancetes mensais, o Balanço e as Contas Anuais da Instituição, assim como sobre os demais documentos contábeis e financeiros, encaminhando-os ao Conselho de Administração, para deliberação;

II - opinar sobre assuntos de natureza econômico-financeira e contábil que lhes sejam submetidos pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor-Presidente do SIMEPAR;

III - comunicar ao Conselho de Administração os fatos relevantes que apurar no exercício de suas atribuições.

Parágrafo único. No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá examinar livros e documentos, bem como, se eventualmente necessário, indicar, justificadamente, a contratação de perito independente.

SEÇÃO IV

DAS COORDENADORIAS TEMÁTICAS

Art. 15. As Coordenadorias Temáticas, de caráter operacional técnico e administrativo, desenvolverão projetos e programas e executarão serviços pertinentes as suas áreas, segundo orientação da Diretoria Executiva.

TÍTULO III

DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 16. O Serviço Social Autônomo SIMEPAR, criado por esta Lei, fica autorizado a celebrar contrato de gestão com o Estado do Paraná.

TÍTULO IV

DO REGIME JURÍDICO DOS EMPREGADOS

Art. 17. O SIMEPAR contará com um plano próprio de cargos e salários, devendo as relações com seus empregados serem regidas pelo Regime da Legislação Trabalhista, de que trata a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, contratados mediante teste seletivo.

TÍTULO V

DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 18. Constituem receitas do SIMEPAR:

I - recursos provenientes da venda de seus produtos e da prestação de serviços;

II - rendimentos provenientes da aplicação dos recursos do SIMEPAR no mercado financeiro e outros pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;

III - aporte de recursos municipais, estaduais e federais de qualquer natureza, atendida a legislação vigente;

IV - empréstimos, doações, legados, auxílios, contribuições e outras de entidades públicas ou particulares e de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais;

V - recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos celebrados com pessoas de direito público ou privado; e

VI - outras rendas eventuais e outros recursos que venham a lhe ser destinados.

Art. 19. O SIMEPAR poderá receber transferências voluntárias, recursos de fundos especiais de pesquisa e tecnologia, de bolsas de pesquisa e de outros repasses de verbas públicas para a consecução de seus objetivos.

Art. 20. O SIMEPAR poderá receber doações de bens móveis e imóveis e firmar convênios, acordos, contratos de gestão com outros Países, com a União, Estados e Municípios, seus órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.

Art. 21. Ocorrendo a dissolução da entidade seus bens móveis e imóveis serão transferidos ao patrimônio do Estado e seus recursos ao Tesouro do Estado do Paraná.

TÍTULO VI **DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Art. 22. Os recursos públicos geridos pelo SIMEPAR e a execução do Contrato de Gestão estarão sujeitos ao controle externo do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, sem prejuízo, no que couber, do contido no Art. 71 da Constituição Federal e no Art. 75 da Constituição do Estado do Paraná.

§ 1º Sem prejuízo da atividade normal do controle externo, o SIMEPAR encaminhará anualmente ao Tribunal de Contas do Estado, no prazo que este estabelecer, a prestação de contas dos recursos públicos aplicados no exercício anterior.

§ 2º A prestação de contas abrangerá relatório sobre a execução das atividades previstas no Contrato de Gestão, baseadas nos planos anuais de ação estratégica, nos planos de trabalho e de metas, no relatório da Comissão Especial de Avaliação, se houver, nas demonstrações contábeis e financeiras e no balanço social da entidade, todos previstos nesta Lei, observando as leis, contratos e regulamentos específicos da entidade.

§ 3º Anualmente, ou a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração ou determinação do Diretor Presidente, serão processadas auditorias internas e externas nas operações da entidade.

TÍTULO VII **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 23. Fica extinto o Instituto Tecnológico SIMEPAR, unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, criado pelo Decreto Estadual nº 2.152, de 17 de março de 1993, e seus bens, direitos, obrigações e contratos dos seus atuais empregados transferidos para o Sistema Meteorológico do Paraná - SIMEPAR, na forma desta Lei, e enquadrados no plano de cargos e salários, a teor do Art. 17 desta Lei.

Parágrafo único. Fica estabelecido o prazo de cento e vinte dias da publicação desta Lei, como período de transição para que sejam praticados todos os atos necessários à extinção do Instituto Tecnológico Simepar.

Art. 24. Fica também extinto o Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, criado pela Lei Estadual nº 12.020 de 09 de janeiro de 1998, e seus bens, direitos e obrigações transferidas ao Estado do Paraná por meio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, tendo em vista o contido na Lei Estadual nº 15.123 de 18 de maio de 2006.

Parágrafo único. Fica estabelecido o prazo de cento e vinte dias da publicação desta Lei, como período de transição para que sejam praticados todos os atos necessários à extinção do serviço social autônomo Paraná Tecnologia.

Art. 25. O SIMEPAR poderá estabelecer parcerias, consórcios, convênios, contratos, acordos e ajustes com pessoas naturais e empresárias, nacionais e internacionais, com a finalidade de realizar seus objetivos.

Art. 26. O SIMEPAR destinará a totalidade de seus resultados líquidos apurados contabilmente para o desenvolvimento dos seus objetivos e atividades, sendo vedada a distribuição ou rateio de dividendos entre seus empregados e membros da Diretoria.

Art. 27. O Poder Executivo fica autorizado a regulamentar a presente Lei no prazo de até cento e oitenta dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 31 de julho de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, ____/____/____

Presidente



MENSAGEM
Nº 077 /2013

Curitiba, 31 de julho de 2013.

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**

Em, 05 AGO. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva instituir o Sistema Meteorológico do Paraná – SIMEPAR, como pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, organização sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de desenvolver atividades dirigidas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à prestação de serviços de meteorologia, hidrologia e de meio ambiente, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, e prazo de duração indeterminado.

A entidade que ora se pretende instituir visa atender o interesse público, prover a comunidade com dados, previsões, produtos, capacitação de pessoas, estudos e pesquisas de natureza meteorológica, hidrológica e ambiental.

Tem como objetivos e atividades, nas áreas hidrometeorológicas, climáticas e ambientais: o planejamento, a constituição, a manutenção e o gerenciamento do banco de dados; a realização de monitoramento e de previsões; o fornecimento de soluções integradas de sistemas de monitoramento e de previsão; o desenvolvimento de projetos de pesquisas científicas e tecnológicas; a realização de consultoria técnica; a aferição e calibragem de equipamentos; o desenvolvimento de modelos de simulação ambiental, tendo por finalidade a obtenção e manutenção de licenciamentos ambientais de outorga pública; a cooperação com as instituições de ensino, mediante adoção de programação de bolsas de formação acadêmica e de pesquisas; a captação de recursos, mediante financiamentos destinados à programação de planos, projetos e de atividades, a fim de garantir suporte necessário às despesas e investimentos com ensino, pesquisa e desenvolvimento na área; e o desempenho de outras atividades correlatas.

Importante mencionar que o SIMEPAR, como Serviço Social Autônomo, vincular-se-á por cooperação à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, a cujo órgão caberá o controle de suas atividades fins, bem como a supervisão do contrato de gestão, e contará com orçamento próprio de receitas para as despesas de suas atividades, sem depender de recursos orçamentários do Estado do

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.228.058-8

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Paraná para dar suporte as suas despesas.

Vale, ainda, destacar que na presente medida é proposta, também, a extinção do Instituto Tecnológico SIMEPAR, unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, criado pelo Decreto Estadual nº 2.152, de 17 de março de 1993, e seus bens, direitos e obrigações ficam transferidos ao Sistema Meteorológico do Paraná – SIMEPAR, que ora se propõe seja instituído.

A proposta visa extinguir, também, o próprio Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, criado pela Lei Estadual nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998, e seus bens, direitos e obrigações ficam transferidos ao Estado do Paraná por meio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 330/2013

Projeto de Lei nº 330/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 077/2013

Súmula: Institui o Sistema Meteorológico do Paraná – SIMEPAR, conforme específica.

EMENTA: INSTITUI O SISTEMA METEOROLÓGICO DO PARANÁ – SIMEPAR. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTS 33-A, I E 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. ARTS 65, 66 E 87 DA CE. LC Nº 95/98. POSSIBILIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 077/2013, visa instituir o Sistema Meteorológico do Paraná – SIMEPAR, pessoa jurídica de direito privado, sob modalidade de serviço social autônomo, organização sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de desenvolver atividades dirigidas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à prestação de serviços de meteorologia, hidrologia e de meio ambiente, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná e prazo de duração indeterminado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Considerando se tratar de Mensagem do Poder Executivo, cumpre salientar a previsão do artigo 65 da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, a qual determina que a iniciativa das leis ordinárias é cabível ao Governador do Estado, conforme adiante transcrito:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento o artigo 124 do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

A **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ** estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (grifo nosso)

Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da lei. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



No que tange ao objeto do projeto em tela, cumpre ressaltar que conforme Mensagem do Excelentíssimo Senhor Governador, “o SIMEPAR, como Serviço Social Autônomo, vincular-se-á por cooperação à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, a cujo órgão caberá o controle de suas atividades fins, bem como a supervisão do contrato de gestão e contará com orçamento próprio de receitas para as despesas de suas atividades, sem depender de recursos orçamentários do Estado do Paraná para dar suporte as suas despesas.”

Diante disso, perfeitamente possível o presente projeto de lei, instituir o Sistema, sob a modalidade de serviço social autônomo, vinculado à Secretaria de Estado, com orçamento próprio de receitas para as despesas de suas atividades.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Sala das Comissões, 13 de agosto de 2013.

pl Carlos
Quinbra

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR

APROVADO

13/08/13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 330/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 077/13, que objetiva instituir o Sistema Meteorológico do Paraná – SIMEPAR, como pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, organização sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de desenvolver atividades dirigidas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à prestação de serviços de meteorologia, hidrologia e de meio ambiente, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, e prazo de duração indeterminado.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Alexandre Curi, que exarou o devido parecer favorável em virtude de sua constitucionalidade.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob os olhares desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa, nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual.

Vale ressaltar que o autor da proposta em tela, informa que o "SIMEPAR, como Serviço Social Autônomo, vincular-se-á por cooperação à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, a cujo órgão caberá o controle de suas atividades fins, bem como a supervisão do contrato de gestão, e contará com orçamento próprio de receitas para as despesas de suas atividades, sem depender de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

recursos orçamentários do Estado do Paraná para dar suporte as suas despesas.”

CONCLUSÃO

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

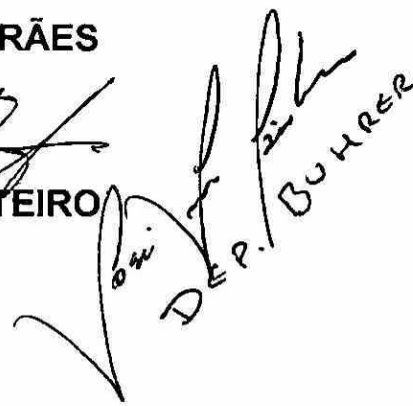
É o parecer.

Sala das Comissões, 21/08/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO WILSON QUINTERO
RELATOR


DEP. WALDYR


DEP. BUHRER



Comissão de Ciência e Tecnologia

Projeto de Lei nº 330/2013

Assunto: Mensagem nº 77/13 – Institui o sistema meteorológico do Paraná – SIMEPAR, conforme específica.

Parecer

O presente projeto de lei objetiva instituir no âmbito do Estado do Paraná o Sistema Meteorológico do Paraná – SIMEPAR, como pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, organização sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de desenvolver atividades referentes à pesquisas científicas, ao desenvolvimento tecnológico e à prestação de serviços de meteorologia, hidrologia e de meio ambiente.

Sendo assim, a referida entidade visa atender o interesse público, prover a comunidade com dados, previsões, produtos, capacitação de pessoas, estudos e pesquisas de natureza meteorológica, hidrológica e ambiental

Ainda, importante ressaltar que o projeto de lei em questão visa instituir o Sistema, sob a modalidade de serviço social autônomo, vinculado à Secretaria de Estado, com orçamento próprio de receitas para as despesas de suas atividades.

Ante o exposto, presentes os requisitos formais e materiais, o parecer deste relator é pela aprovação do projeto por esta Comissão de Ciência e Tecnologia, a fim de que a presente proposição prossiga em seu trâmite regimental.

Sala das sessões, de agosto de 2013.


DEPUTADO TERUO KATO

Presidente


DEPUTADO PR. EDSON PRACZYK

Relator


Dep. Jonas


Dep. Dalmo

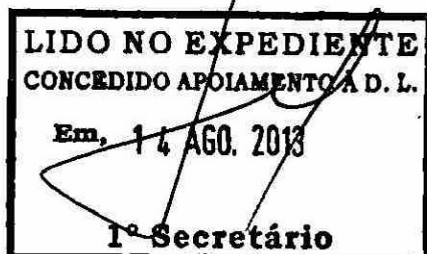


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

PROJETO DE LEI Nº 357/2013



Sumula: Declara de Utilidade Pública o **Lar Dom Bosco – Comunidade Terapêutica**, com sede e foro no município de Campo Mourão.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o **Lar Dom Bosco – Comunidade Terapêutica**, com sede e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2013, 192.º da Independência e 125.º da República.


DOUGLAS FABRÍCIO
Deputado Estadual

15:08 14/08/2013 006996 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de Lei tem por objetivo declarar de utilidade pública o **Lar Dom Bosco – Comunidade Terapêutica**, com sede no município de Campo Mourão.

Primeiramente, importante frisar que o **Lar Dom Bosco – Comunidade Terapêutica** é uma associação civil, sem fins lucrativos.

Dentre diversas atividades, o Lar Dom Bosco destina-se à execução de programas de recuperação de pessoas dependentes químicas, do sexo feminino. Mensalmente, são atendidas diversas pessoas. Só no ano de 2012 foram atendidas 159 pessoas, que permaneceram no Lar como residentes.

Desta forma, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 357/2013

Projeto de Lei nº. 357/2013

Autora: Deputado Douglas Fabrício

Súmula: Declara de Utilidade Pública o **LAR DOM BOSCO- COMUNIDADE TERAPÊUTICA**, com sede e foro no Município de Campo Mourão, Estado do Paraná.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Douglas Fabrício, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **LAR DOM BOSCO- COMUNIDADE TERAPÊUTICA**, com sede e foro no Município de Campo Mourão, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



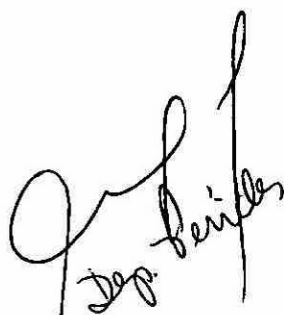
CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 27 de Agosto de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Feijó

APROVADO
27/08/13

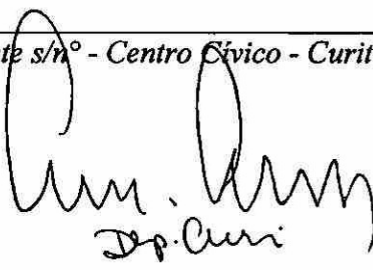

Dep. Turiani


Dep. Luciano


Dep. Fernando

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Mourão

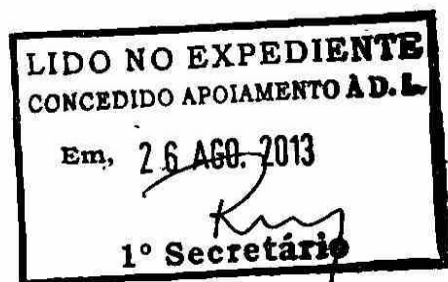

Dep. Curi



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PROJETO DE LEI Nº 370 /2013



Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a "Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá e da Universidade Estadual do Paraná" com sede e foro no Município de Paranaguá- Estado do Paraná.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a "Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá e da Universidade Estadual do Paraná", com sede e foro no Município de Paranaguá, no Estado do Paraná.

Art.2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em 26 de Agosto de 2013.

NELSON JUSTUS

DEPUTADO ESTADUAL

16:03 26/08/2013 007349 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem por objetivo declarar a Utilidade Pública da **Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá e da Universidade Estadual do Paraná**, uma vez que tal fundação desenvolve atividades de interesse da comunidade na área da educação, assistência social e cultural.

Tais atividades são desenvolvidas a fim de apoiar e executar projetos de ensino e aprendizagem, pesquisas, artes e culturas, que colaboram com a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá e da Universidade Estadual do Paraná.

Assim, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 370/2013

Projeto de Lei nº. 370/2013
Autor: Deputado Nelson Justus

Sûmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a "Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá e da Universidade Estadual do Paraná", com sede e foro no Município de Paranaguá – Estado do Paraná.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS
PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAGUÁ E DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ**, com sede e foro no Município de Paranaguá, Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 27 de Agosto de 2013.

DEPUTADO CAITO QUINTANA
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

APROVADO

27/08/13

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Dep. Laurion



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PROJETO DE LEI Nº 389/13



Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 02 de setembro de 2013.


TERCÍLIO TURINI
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei pretende declarar de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Educação Musical, com sede e foro no Município de Londrina.

A Associação Brasileira de Educação Musical é uma Associação sem fins lucrativos, de cunho eminentemente social, voltada para o ensino e o aprendizado da música.

Ao longo dessa trajetória, a Associação vem promovendo encontros, debates e troca de experiências entre pesquisadores, professores e estudantes da educação musical dos diversos níveis e contextos de ensino.

O objetivo principal da Associação é promover a educação musical, contribuindo para que o ensino da música esteja presente de forma sistemática e com qualidade nos diversos sistemas educacionais, contemplando, de maneira especial, a educação básica; por essa razão tem estado atenta às múltiplas formas de desenvolvimento do ensino e aprendizagem da música.

Diante do exposto e devido a importância da presente proposta, pedimos o devido apoio e a sua consequente aprovação.



52 f

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 389/2013

Projeto de Lei nº. 389/2013
Autor: Deputado Tercílio Turini

Súmula: *Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, com sede e foro no Município de Londrina.*

EMENTA: *DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.*

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Tercílio Turini, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL**, com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

53

bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

54 f

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

55f

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 17 de Setembro de 2013.

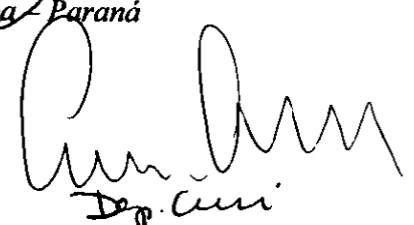

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

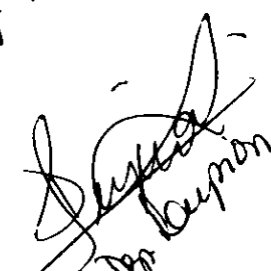

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


APROVADO

10691/13 

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Curi


Dep. Luciano


Dep. Pastor


Dep. Perich